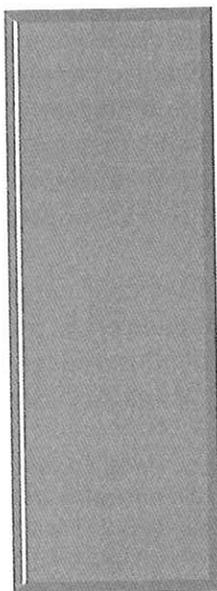


DEBATE



EDUCAÇÃO AMBIENTAL: COMPROMISSO POLÍTICO E COMPETÊNCIA TÉCNICA (*)

Marcos Reigotta (**)

Há um ano atrás, após uma conferência que fiz na Fundação S.O.S. Mata Atlântica, na qual abordei os aspectos políticos da Educação Ambiental, fui questionado por uma jovem, estudante de Biologia na USP e estagiária em um projeto de Educação Ambiental com jovens “carentes” na cidade de São Paulo. Ela me perguntou se eu estava propondo a revolução. Respondi-lhe que sim. A jovem contra-argumentou dizendo que revolução e educação ambiental são completamente opostas.

Fiquei muito surpreso com a posição da jovem bióloga (e educadora ambiental) “uspiana”. Tão surpreso que respondi – naquele contexto de final de conferência – para ela e para as outras pessoas presentes, enfatizando o momento histórico, cultural e político internacional do surgimento da Educação Ambiental, acrescentando, ainda, que a minha proposta revolucionária (assim como de outros militantes como eu) estava baseada no radicalismo pacifista, que tem em Gandhi uma das suas principais expressões. Falei de outras contribuições ao radicalismo pacifista, fazendo breves referências à contracultura (John Lennon) e ao legado de Paulo Freire.

Não sei se a jovem bióloga (e educadora ambiental) “uspiana” saiu dali convencida, mas sei que o seu questionamento foi, para mim, um momento de indagações e aprendizado. Sim, aprendi com ela que, na medida do possível e do solicitado, passaria a incluir nas minhas conferências, cursos e textos, se possível, de forma clara, precisa e direta, as relações entre o compromisso político e a competência técnica inerente à práxis da Educação Ambiental.

O que quero dizer com compromisso político? E qual compromisso político? Evidentemente, estou me referindo ao compromisso político que nós educadores/as temos que ter com a sustentabilidade no planeta. Essa idéia pode parecer um clichê, visto que ainda estamos longe de um melhor

(*) Texto apresentado no Simpósio “Avaliando a Educação Ambiental” (Faculdade de Saúde Pública – USP), em novembro de 1999.

(**) Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Sorocaba – UNISO. Av. Eugênio Salerno, 140 – CEP 18.035.430 – Sorocaba – SP. Fone (015) 2210052. E-mail: uniso@uniso.br.

aprofundamento teórico e não menos distantes das experiências políticas baseadas na sustentabilidade.

Quando me refiro à sustentabilidade, estou me reportando a uma proposta política que tem como princípio uma sociedade baseada na justiça e no direito à vida digna, não só da espécie humana como de todas as formas de vida, ainda que isso seja utópico.

A partir dessa afirmação, teríamos muitos conceitos e propostas para serem discutidas: utopia, justiça, dignidade, formas de vida, etc. Tenho explorado esses conceitos em vários dos meus textos, utilizando, para isso, um referencial teórico muito variado.

Mas, o importante é discutir como se manifesta esse compromisso político no nosso cotidiano e qual a sua importância e significado.

Creio que estamos constantemente exercitando o compromisso político com a sustentabilidade, nas mais variadas atividades (profissionais ou não) do nosso dia-a-dia. Assim, compromisso político deve ser entendido no seu aspecto mais amplo e profundo. As nossas opções cotidianas são opções políticas, e elas podem desestruturar a política pequena e minúscula que tenta nos condicionar a interesses, prender a organizações e circunscrever a instituições controladas pelos brutos das oligarquias.

Num breve resumo, diria que o compromisso político de toda pessoa interessada em praticar a Educação Ambiental deve estar relacionado com a possibilidade (utópica) de construção de uma sociedade sustentável baseada na justiça, na dignidade, na solidariedade, na civilidade, na ética e na cidadania; e na desconstrução revolucionária, radical, persistente e pacífica do poder político institucionalizado e simbólico daqueles que primam pela estupidez, brutalidade, vulgaridade, cinismo e arrogância.

Como condição básica para que esse compromisso político consiga alguns dos seus muitos objetivos, considero de fundamental importância a competência técnica. Ou seja, a aquisição de conhecimentos específicos sobre a problemática ambiental na qual estamos envolvidos e querendo resolvê-la, assim como a compreensão mais ampla possível de todas as suas implicações sociais, culturais econômicas, sem nos esquecermos das implicações pessoais.

Pode, então, um curso de Educação Ambiental de curta ou longa duração, em instituições universitárias dar conta de toda essa complexidade, considerando que as possibilidades de se chegar aos objetivos políticos mais gerais são mínimas? Numa perspectiva imediatista a resposta seria *não*, e deveríamos ir para casa (ou qualquer outro lugar), esperando o pla-

neta explodir. Numa perspectiva política de médio prazo, a resposta pode ser positiva.

Os cursos de Educação Ambiental devem se pautar nas possibilidades e limites do processo educativo. Sabemos que só com o conhecimento técnico e científico específico, por mais elaborado que este conhecimento possa ser, não chegaremos a lugar nenhum. Sabemos, também, que sem esse conhecimento, nossa atuação tende a ser medíocre já que o volume de conhecimento sistematizado disponível hoje no planeta é enorme. Desse modo, como lidar com ele? Como selecionar pontos fundamentais? Como escolher prioridades? Como optar por este ou aquele caminho? Essas questões novamente nos remetem ao compromisso político. Tendo claro qual é o nosso papel no contexto político (local ou internacional) que vivemos é que podemos fazer nossas opções em busca de melhor competência técnica.

Talvez seja esse o caminho (ou o conteúdo) que os cursos de Educação Ambiental devam seguir: selecionar, de modo mais claro, os conhecimentos necessários para uma intervenção social de dimensão política e ecológica.

Por fim, gostaria de enfatizar o constante aprendizado que nós profissionais e militantes vivenciamos, obrigando-nos a ter uma "abertura" suficiente para compreender que estamos e estaremos sempre confrontados com antagonismos, posições e interesses diversos, quando nos envolvemos com Educação Ambiental. Assim como profissionais e militantes temos menos que nos preocupar em ensinar (ou "conscientizar") a população e procurar aprender os motivos, razões e sentimentos que fizeram com que a humanidade tenha chegado ao seu limite.

Aprender/ensinar são momentos complementares, circulares e de mutação constante, rompendo com as clássicas relações existentes no processo pedagógico que fundamentam grande parte das práticas educativas.

O momento histórico (ecológico e político) que vivemos faz com que muitas pessoas de horizontes profissionais e ideológicos muito diferentes procurem os cursos de Educação Ambiental. Essa procura deve servir não só para garantir a existência dos mesmos como também e, principalmente, para garantir a legitimidade desses cursos.

Esse mesmo movimento, deve, ainda, servir como alento e força aglutinadora para que outras pessoas busquem e traguem suas contribuições à proposta de Educação Ambiental como intervenção revolucionária.

(Revolucionária, sim; por quê não!?).